



## **Participação política e Internet: propondo uma análise teórico-metodológica a partir de quatro conglomerado de fatores\***

Sivaldo Pereira da Silva<sup>1</sup>

**Resumo:** Este trabalho levanta algumas questões teórico-metodológicas para futuros estudos sobre participação democrática e novas tecnologias da comunicação. Tenta identificar a complexidade de fatores envolvidos nas possibilidades de participação política *on line*, na relação entre cidadão e governo, mediada por estas tecnologias, principalmente a Internet. O objetivo principal é pensar de que forma o fenômeno da participação poderia ser analisado empiricamente, observando os principais conjuntos de fatores, com suas “variáveis” internas, que interferem neste processo. Especificamente, quatro conglomerados de fatores são propostos: (a) elementos estruturais; (b) elementos comportamentais; (c) elementos legais e (d) elementos conjunturais. A título de um pequeno ensaio empírico baseado nesta proposição, o artigo traz ainda um breve estudo de caso, aplicado em 10 domicílios da região metropolitana de Salvador, que tenta levar em conta alguns aspectos contidos nos dois primeiros conjuntos de fatores (elementos estruturais e elementos comportamentais). O intuito desta breve análise empírica é (1) demonstrar que é possível realizar um estudo recortado sem perder de vista que há esses diversos grupos de fatores que agem sobre o fenômeno da participação e, ao mesmo tempo, (2) testar a premissa inicial na qual se defende que os elementos estruturais (acesso à rede e habilidade de uso) tão somente não seriam suficientes para produzir esta participação.

**Palavras-chaves:** participação política - internet - democracia digital

As discussões sobre participação política na sociedade contemporânea e a sua relação com as novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), principalmente a Internet, têm permeado uma parte significativa da literatura sobre ciberespaço e política, sobretudo a partir da década de 1990. Este campo de estudo, caracterizado até então por análises predominantemente teóricas, vem sofrendo mudanças nos anos recentes em direção ao aumento do volume de pesquisas empíricas.

Apesar do crescimento de estudos empíricos desta natureza, ainda não há clareza quanto às especificidades teóricas e caminhos metodológicos que devem balizar o estudo de aspectos da democracia digital. No caso específico da participação civil nos negócios públicos através das TICs, principalmente no âmbito da produção da decisão política na esfera governamental, é necessário delinear uma melhor

---

\* Trabalho apresentado no GT Internet e Política do I Congresso Anual da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação e Política, ocorrido na Universidade Federal da Bahia – Salvador-BA, 2006.

<sup>1</sup> Mestre em Comunicação e Cultura Contemporânea pela Universidade Federal da Bahia (Ufba). Doutorando em Comunicação e Cultura Contemporânea pela Universidade Federal da Bahia (Ufba). Bolsista do CNPq.

compreensão dos fatores ligados a este fenômeno e, a partir disso, aprimorar métodos para coleta de dados que possam ser mais esclarecedores.

Diante deste quadro, resta indagar de que forma esta apropriação tecnológica é concretizada pelos cidadãos nas democracias de massa modernas de modo prático ? Condições técnicas favoráveis de acesso à Rede Mundial de Computadores, vinculadas a níveis de escolaridade razoáveis seriam elementos suficientes para fazer da Internet um *medium* significativamente participativo do ponto de vista da democracia ? Que outros elementos estão inseridos neste fenômeno e que assumem papéis importantes ou até mesmo decisivos ? De que forma pesquisas empíricas podem contribuir para um melhor entendimento deste fenômeno ?

Para delinear algumas respostas para tais questionamentos, o *paper* proposto tem o objetivo analisar as características de apropriação e uso da Internet para fins políticos por cidadãos e, ao mesmo, tenta apontar um eixo metodológico que leve em conta as diversas faces que envolvem este tipo de pesquisa. O artigo está dividido em três partes. Num primeiro momento, será feita uma breve contextualização da ênfase que foi dada ao papel da inclusão digital neste fenômeno, tentando tirar sua “centralidade” no processo de participação política e apontando a existência de outros elementos que também atuam neste processo. A segunda parte irá configurar um quadro teórico que leve em conta (a) os eixos de abordagem de análise (especificamente três eixos: representantes, representados e sistema político) e (b) a complexidade dos diversos elementos inerentes ao fenômeno da participação política e sua relação com as TICs, principalmente Internet. Nesta secção, propõe-se especificamente quatro conglomerados de fatores considerados mais fundamentais para a análise do fenômeno da participação política através destas novas tecnologias da comunicação. São eles: (1) elementos estruturais; (2) comportamentais; (3) legais e; (4) conjunturais . A terceira e última parte do *paper* aqui proposto trata-se de um breve ensaio empírico baseado nestas proposições teórico-metodológicas anteriores: serão expostos os resultados de um breve estudo de caso no qual foram analisadas as características de uso e apropriação política da Internet por cidadãs e cidadãos brasileiros, pertencentes a um grupo de 10 domicílios, localizados em 9 bairros (subúrbio, periferia, bairros centrais) da região metropolitana de Salvador. O estudo de caso aqui proposto está focado em algumas variáveis contidas nos dois primeiros conglomerados de elementos (fatores estruturais e fatores comportamentais) e tenta testar a premissa inicial deste trabalho na qual afirma-se que o acesso.

## 1.0 Democracia e TICs: para além inclusão digital

As características comunicacionais da Internet - maior capacidade de armazenamento e distribuição de informação, conciliada com a possibilidade de interação em tempo real; convergência dos mais variados formatos de mídia (imagem, som, escrita etc) - tem levado um grande volume de autores a configurar o ciberespaço como uma ferramenta potencializadora para o estabelecimento de formas mais participativas de ação política do cidadão nas democracias de massa contemporânea e na melhoria da qualidade democrática na relação entre sociedade civil e governos<sup>2</sup>.

Neste contexto, a solução do problema da exclusão digital aparece como uma prerrogativa: o acesso à Rede Mundial de Computadores e a habilidade para utilização das TICs acaba se agregando aos tradicionais princípios de inclusão social e cidadania, como educação, moradia, segurança etc<sup>3</sup>. Isto se baseia na própria concepção de que a existência da Rede e os potenciais benefícios que ela traz (como disponibilidade de informações, prestação de serviços mais ágeis, interação comunicacional e social etc) amplia, num primeiro momento, o fosso entre as camadas sociais economicamente favorecidas, capazes de obter equipamentos como computadores, serviços como conexão à internet de um lado, e as camadas economicamente desfavorecidas do outro, que sustentam dificuldades de acesso à infra-estrutura necessária a sua inserção na Rede. Nesta perspectiva, o próprio sentido do acesso aos benefícios das novas tecnologias da comunicação, também passa a ser tratado como um direito de todo cidadão. Assim, o processo de inclusão digital vai ganhando contornos reivindicatórios, enquanto condição fundamental para a melhoria da democracia contemporânea, como estipula um dos mais importantes documento-diretriz do governo brasileiro para a chamada Sociedade da Informação:

O maior acesso à informação poderá conduzir a sociedades e relações sociais mais democráticas, mas também poderá gerar uma nova lógica de exclusão, acentuando as desigualdades e exclusões já existentes, tanto entre sociedades, como, no interior de cada uma, entre setores e regiões de maior e menor renda. No novo paradigma, a

---

<sup>2</sup> Ver TAMBINI, 1998; TSAGAROUSIANOU, 1998, DOCTER & DUTTON, 1998; BRYAN, 1998; BECKERS, BESSELAAR & MELIS, 2000; DAHLBERG, 2001; FREY, 2002; GUIDI, 2002; FERGUSON, 2002; BORGIDA & STARK, 2004; WIKLUNDA, 2005.

<sup>3</sup> Como coloca Schwarzmüller (2005): “A apropriação crítica, com utilidade social, passa pela questão da informação para a cidadania, que visa a criação de conteúdos de utilidade pública como seguridade, saúde e educação, cuja disponibilidade facilitará a interação entre o cidadão e o Estado, com efeitos impactantes na qualidade do serviço prestado e conseqüente melhoria na qualidade de vida. (p. 2)”

universalização dos serviços de informação e comunicação é condição necessária, ainda que não suficiente, para a inserção dos indivíduos como cidadãos. (TAKARASHI, 2000, p. 7)<sup>4</sup>

Ao analisar a gênese das iniciativas governamentais para o aumento da participação política do cidadão nos negócios públicos através das TICs, é possível situá-las fundamentalmente em dois fenômenos iniciais predominantes:

- a) **criação de canais físicos** - programas de inclusão digital, dentro de uma concepção focada na garantia de acesso à infra-estrutura (microcomputadores conectados em residências; infocentros; escolas; quiosques; telecentros etc) e na aquisição de habilidades básicas de uso da Rede (cursos para uso de *software*; monitorias educativas em comunidades; inserção da nova mídia no ensino; etc).
- b) **criação de canais lógicos** - portais ou sítios na Internet; ferramentas *on line* de comunicação entre governo e cidadão; bancos de dados *on line* e disponibilização digital de informações sobre temas de interesse público (ações governamentais; notícias; documentos oficiais; leis; serviços públicos etc).

A ênfase de ações governamentais nestas duas frentes, pressupõe que, (1) havendo acesso universal à infra-estrutura (*input* do usuário na Rede) e capacidade cognitiva de uso das TICs pelos cidadãos de um lado, e (2) efetivando a abertura de novos canais lógicos de comunicação na estrutura governamental (*output* do estado na Rede), através destas mesmas TICs do outro, conseqüentemente haveria um incremento nos indicadores de participação democrática.<sup>5</sup> Pragmaticamente, o aumento da

---

<sup>4</sup> Para alguns autores, isto pode levar inclusive ao agravamento de processos não-democráticos: “A democratização eletrônica não está sendo inclusiva, ou seja, pessoas capazes de deliberar estão sendo alijadas por não terem acesso à rede. Governos eletrônicos, nesse sentido, também são antidemocráticos, pois estão voltados à minoria. Assim, a sociedade informacional traz um novo problema para a teoria e prática democráticas, que se apresenta de modo muito semelhante ao do voto censitário para as democracias do final do século XIX: o entrave da exclusão digital, a nova cara da velha exclusão social e política.”(SILVEIRA, 2002, p. 4)

<sup>5</sup> Textualmente, isso pode ser encontrado com frequência em discursos, documentos e projetos nesta área, como as próprias diretrizes do governo eletrônico brasileiro: “O papel do Estado neste mundo em transformação [referência à sociedade da informação] continua fundamental como agente estratégico para o atendimento da demanda de maior participação direta dos cidadãos e, ao mesmo tempo, a tomada de decisões centrais estratégicas e rápidas. O crescimento das informações em rede, o aumento da transparência, e a conseqüente diminuição da burocracia estatal, aumentarão o controle social sobre o

participação do cidadão nos negócios públicos não tem se efetivado de modo significativo, como fenômeno subsequente da intersecção entre essas duas frentes de abordagem, mesmo entre cidadãos digitalmente incluídos. As experiências em curso (portais governamentais, projetos de cidades digitais, redes cívicas na *web* etc) não representam necessariamente uma instantânea e conseqüente participação do cidadão nos negócios públicos via ciberespaço: alguns projetos apresentam bons desempenhos e repercussões<sup>6</sup>; outros, parecem não avançar efetivamente enfrentando problemas de sustentabilidade no tempo<sup>7</sup>; uma outra parte parece repetir o tipo de relação comunicacional predominantemente verticalizada, ainda que haja possibilidades de interação mais horizontes permitidas por estas novas tecnologias<sup>8</sup> e a própria apropriação do cidadão parece refletir esta limitação.<sup>9</sup>

O desempenho diferenciado de determinados experimentos demonstra que a disponibilização da tecnologia em si parece não ser suficiente para cumprir a deontologia destas TICs em relação ao aprimoramento da participação democrática. A premissa adotada neste artigo vai justamente nesta direção: o meio de comunicação (neste caso, a Internet) não é capaz de gerar participação política de modo espontâneo e também não é um elemento central neste fenômeno. A comunicação política não ocorre mediante a mera existência de dois pólos de agentes e um canal de comunicação: há outros fatores que inerentes a este fenômeno. Por outro lado, os processos de comunicação não são necessariamente políticos, embora os processos políticos de teor

---

Estado, o que contribuirá para a democratização do processo decisório e para uma maior efetividade da ação governamental.” Em <http://www.governoeletronico.gov.br/governoeletronico/> > acesso em 15/04/2006

<sup>6</sup> Como em Bologna (Itália), Santa Mônica (EUA), Minnesota E-Democracy (EUA); Patherney (França), etc.

<sup>7</sup> Como em Kyoto (Japão): projeto já extinto; Aveiro Digital (Portugal): que estava sendo reformulado pois não havia demanda civil suficiente para ocupar determinados canais de comunicação abertos; ou a DDS de Amsterdã (Holanda): que sofreu desconfigurações e algumas distorções do seu projeto inicial, após quase dez anos de existência.

<sup>8</sup> Como é o caso da maioria dos portais governamentais no Brasil e em outros países, que estão mais focados na disponibilização de informação do que na interação com o cidadão, sustentando graus elementares de participação política (ver SILVA, 2005).

<sup>9</sup> Segundo dados publicados pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, apenas 28,22 % dos usuários de Internet utilizaram a Rede (nos três meses anteriores à pesquisa) para interação com autoridades públicas (como obter informações de autoridades e órgãos públicos; enviar e-mails para órgãos públicos ou formulários oficiais; emitir segunda via para pagamentos de serviços e taxas; fazer o *download* de formulários oficiais; fazer denúncias). Ainda assim, este percentual não significa necessariamente “participação” e envolvimento político efetivo do cidadão com o governo: o número também inclui serviços burocráticos e meramente instrumentais de baixo teor político (como emissão da segunda via de formulário para pagamento de taxas ou solicitar formulários oficiais). A pesquisa foi realizada pelo Instituto IPSOS, averiguando quais atividades são desenvolvidas na internet por cidadãos das principais regiões metropolitanas do País. Base: 2.085 entrevistados que usaram internet nos últimos três meses.

democrático estejam fortemente vinculados a processos dialógicos mais amplos. O tipo de apropriação política da nova mídia pelo cidadão é apenas uma opção dentre o leque de diferentes modos de apropriação com diferentes finalidades (entretenimento, comunicação interpessoal, economia; intercâmbio cultural, busca de informação com baixo teor político etc). Há de se observar diversos tipos de outras variáveis, como escolaridade; existência ou inexistência de uma cultura cívica; leis e políticas públicas que incentivem a participação ou abram canais de porosidade no estado para que o cidadão interfira nas tomadas de decisão política; histórico de engajamento individual em questões políticas; faixa etária do cidadão; tipo de ocupação ou profissão; gênero; peculiaridades étnicas (como exclusão social de afro-descendentes, índios etc); costumes culturais; eventos que provoquem a efervescência da necessidade de intervir em determinadas decisões políticas ou governamentais; fatos que estimulem a produção da opinião pública, etc.

Em meio a essa multiplicidade de fatores, o estudo da participação política através da Internet requer um alcance teórico-metodológico menos centrado no fator “inclusão digital”. Para além do acesso às essas novas tecnologias, alguns questionamentos poderiam ser levantados: De que forma cidadãos e cidadãs - com escolaridade, idade e atividades diferentes - estariam utilizando essas TICs em um ambiente digitalmente incluído, no que diz respeito à participação política ? Qual o lugar do uso “político” dessa apropriação em relação a outras formas de utilização da Rede pelo cidadão (como entretenimento; relacionamentos pessoais; consumo etc) ? Se não há uma relação de causalidade direta entre o acesso a um meio de comunicação (e suas potencialidades interativas) e um subsequente aumento da participação popular nos negócios públicos (especialmente no âmbito do Estado), como poderíamos pensar ou organizar as circunstâncias e os diversos elementos capazes de gerar, repercutir ou influenciar tal fenômeno ?

## **2.0 Participação política através da Internet: quatro conglomerados de fatores**

Como se tentou pontuar na seção anterior, o estudo sobre a participação política do cidadão através das TICs requer um olhar mais amplo acerca dos diversos fatores

---

Respostas múltiplas (pesquisa realizada em agosto/setembro 2005). Disponível em <http://www.nic.br/indicadores/usuarios/rel-int-09.htm> > acesso em 30/04/2006

capazes de repercutir neste processo. A estruturação de pesquisas empíricas necessita de uma maior objetivação do fenômeno, isto é, quais são os fatores que agem em sua dinâmica e quais as suas características? Para além de acesso do cidadão a uma infraestrutura comunicacional, associada a uma capacidade cognitiva adequada, a participação política através dessas novas tecnologias funciona também a partir de outras variáveis. Tais variáveis podem ser classificadas em quatro grupos : (1) fatores estruturais, (2) fatores comportamentais, (3) fatores conjunturais e (4) fatores legais. Nos parágrafos seguintes, tentar-se-á configurar minimamente o que seriam cada um destes conjuntos de fatores e suas características.

**Fatores estruturais** – equipamentos físicos, ferramentas lógicas e condições técnicas de acesso às TICs<sup>10</sup>, ou aquilo que podemos chamar aqui de “estado de inclusão digital”, no sentido de acessibilidade técnica. São elementos básicos: sem eles, não há participação via TICs. Esta característica de “fundamento” não deve ser confundida como condição unívoca ao fenômeno da participação. Sobre esta plataforma estrutural, irão agir outros fatores, como coloca Dahlgren:

Com respeito a Internet, a dimensão estrutural dirige nossa atenção à maneira em que os espaços comunicativos relevantes para a democracia são configurados amplamente. Isto tem que fazer com coisas como a maneira em que a cibergeografia é organizada em termos legais, sociais, econômicos, culturais, técnicos e até os aspectos arquitetônicos da *web*. Tais fatores têm um impacto na forma em que a rede é utilizada (ou não) para o uso cívico. (DAHLGREN, 2005, p. 149)<sup>11</sup>

Fatores estruturais se referem à criação de um ambiente comunicacional capaz de viabilizar (não necessariamente de realizar por si só) intercâmbios sociais diversos, que podem ser políticos, mas do mesmo modo, podem ir desde a construção coletiva de conhecimento, criação de redes de colaboração profissional ou econômica, até o reforço de redes afetivas (ver PELLANDA, SCHLÜNZEN & JUNIOR, 2005). Dada estas

---

<sup>10</sup> Microcomputadores; terminais de acesso; ponto de conexão à Internet; dispositivos eletrônicos secundários – os chamamos periféricos – portais, *sites*, ferramentas *on line*, *softwares* etc)

<sup>11</sup> Tradução própria do original em inglês: “In regard to the Internet, the structural dimension directs our attention to the way in which the communicative spaces relevant for democracy are broadly configured. This

condições infra-estruturais de acesso, a apropriação do meio de comunicação pelo cidadão não será prioritariamente política e nem necessariamente democrática. A formatação do uso será moldada por outros fatores agregados pelo cidadão, pelos representantes e pelo próprio sistema político, que irão agir sobre esta infra-estrutura.

**Fatores comportamentais** - aspectos psicológicos, culturais, ideológicos, peculiaridades de conduta e índole do indivíduo, gênero, idade, escolaridade, étnicos etc. A existência de um canal de comunicação só deixa de ser um mero meio e passa a exercer alguma função em um processo comunicativo quando há predisposição dos interlocutores em travar diálogo, receber e inserir informação nesta estrutura<sup>12</sup>. Esta ação pode ocorrer de diversos modos e com diferentes finalidades, inclusive, não-políticas. É possível existir elementos estruturais disponíveis ao indivíduo e, ao mesmo tempo, predisposição para uso político deste canal de comunicação. Do ponto de vista macro, alguns autores chamam a atenção para importância da difusão de concepções de vida coletiva mais permeadas por valores e princípios públicos, que devem ser reafirmados na construção de uma democracia digital. Stepehn Coleman (1999) fala em uma “cultura política”: além de incentivar a construção de projetos e experimentos pragmáticos que empreguem estas tecnologias visando a participação pública, seria necessário fomentar a criação de uma cultura política que desenvolvesse tais habilidades. Um termo similar, porém com mais carga republicana e mais conceitualmente aprofundado, é adotado por Peter Dahlgren, o que chama de “cultura cívica”:

Normativamente, uma cultura cívica não pressupõe a homogeneidade entre seus cidadãos, mas, em um espírito do republicanismo cívico, sugere compromissos compartilhados mínimos para o imaginário e procedimentos da democracia. Uma cultura cívica, funcionando assim em algum nível, envolve uma capacidade de ver para além dos

---

has to do with such things as the manner in which cyber-geography is organized in terms of legal, social, economic, cultural, technical, and even Web-architectural features. Such factors have an impact on the ways in which the Net is accessible (or not) for civic use.”

<sup>12</sup> Esta falta de disposição política por parte do indivíduo, pode ter diversas origens como: descrença no sistema político; posição social e financeira privilegiada, a ponto de sustentar o desinteresse pelos problemas públicos; escassez de tempo devido ao excesso da vida profissional; priorização do uso da Internet para outros fins como entretenimento, compras, relacionamentos pessoais etc.

interesses imediatos [particulares] do próprio grupo. (DAHLGREN, 2000, p. 336)<sup>13</sup>

A relação dos aspectos comportamentais do cidadão em relação ao aumento da participação através das TICs tem gerado estudos preocupados em averiguar se a Internet replica ou reforça a conduta *off line* de participação política do cidadão, se ela gera novos hábitos de engajamento político, incorporando novos indivíduos antes desinteressados por intervir nos negócios públicos ( ver BIMBER, 1999; WELLMAN et al., 2001; WEBER et al., 2003; MUHLBERGER, 2002; STANLEY & WEARE, 2004). Segundo Krueger<sup>14</sup>:

Um crescente consenso tem surgido, a partir de um volume de evidências, afirmando que a Internet fez pouco para expandir a participação política de novos indivíduos. Na verdade, ela tem meramente reforçado padrões de desigualdade participatória já existentes. (KRUEGER, 2002 p. 478)<sup>15</sup>

Isso implica em dizer que a conduta de engajamento político *off line* ou as práticas diárias e cotidianas do cidadão (seja através do seu envolvimento com movimentos sociais, agremiações de bairro, associações civis, partidos políticos, etc), também são fatores comportamentais influentes na apropriação política das TICs, com viés participativo.

**Fatores legais** - leis, decretos, legislação em geral, políticas públicas, prerrogativas constitucionais que incentivem e garantam maior porosidade do estado para participação do cidadão através das novas tecnologias da comunicação. Este tipo de fator, está intimamente ligado à produção da decisão política no âmbito governamental: isto é, quais as possibilidades e deveres legais do Estado em criar tais canais de comunicação e participação. Para a *Organisation for Economic Co-operation and*

---

<sup>13</sup>Tradução própria do original em inglês: “ Normatively, a civic culture does not presuppose homogeneity among its citizens, but in the spirit of civic republicanism, it does suggest minimal shared commitments to the vision and procedures of democracy. A functioning civic culture thus at some level entails a capacity to see beyond the immediate interests of one’s own group. Needless to say, this may be a tricky balance to maintain at times.”

<sup>14</sup> Apesar do autor acreditar que há evidências de reforço dos níveis e tipos de participação já existentes, também coloca a importância de se avançar nos estudos, sem perder de vista a dinâmica da própria Internet, não tomando esta evidência como uma concepção estática.

*Development* (OECD), o problema da participação não está necessariamente na tecnologia, mas na cultura, na formas de organização e na existência de parâmetros legais:

As barreiras para um maior engajamento *on line* do cidadão na produção da decisão política são culturais, organizacionais e constitucionais, não tecnológicas. Superar estes desafios requer maiores esforços para suscitar consciência e a capacidade desses fatores dentro dos governos e entre cidadãos. (OECD, 2003, p. 3) <sup>16</sup>

A criação de leis e políticas públicas capazes de assegurar a intervenção do cidadão em decisões políticas, através de ferramentas tecnológicas de comunicação, podem, de um lado, tanto facilitar e estimular a participação política do cidadão, como, de outro, obrigar o Estado à viabilizar esta intervenção<sup>17</sup>.

**Fatores conjunturais** - eventos, fatos, acontecimentos, circunstâncias, agendamento de determinado tema na mídia etc. São fatores ocasionais que podem gerar “ondas” de participação popular, no debate, na deliberação ou pressão política em determinados momentos. Em sociedades complexas, onde há um contingente populacional significativo e que a vida pública é permeada por diversas áreas de atividades sócio-econômicas, nota-se a existência de um tipo de participação pontual de grupos ou cidadãos, a partir do surgimento de fatos que afetam suas vidas mais diretamente ou que geraram maior comoção pública. Isto é, se o engajamento político pode ocorrer de forma mais ou menos regular - quando associada à parâmetros contidos na própria cultura política – também poderá acontecer de modo conjuntural, quando vinculado à determinados eventos que geram fluxos momentâneos de mobilização específica.

---

<sup>15</sup> Tradução própria do original em inglês: “A growing consensus has emerged from the volume of evidence that the current manifestation of the Internet has done little to expand political participation to new individuals. Instead, it merely reinforces the long-established patterns of participatory inequality.”

<sup>16</sup> Tradução própria do original em inglês: “The barriers to greater online citizen engagement in policy-making are cultural, organisational and constitutional not technological. Overcoming these challenges will require greater efforts to raise awareness and capacity both within governments and among citizens.”

<sup>17</sup> Em pesquisa sobre graus de participação democrática em portais governamentais das capitais brasileiras, Silva (2005, p. 463) demonstra que a presença de 7 elementos (conteúdos e ferramentas) característicos de transparência e *accountability* pesquisados no conjunto dos sítios, todos ficam abaixo dos 5%, exceto pelo elemento “documentos de prestação de contas” (balançetes, dados de arrecadação, aplicação de recursos etc) que está presente em 87,50% dos portais. Isso acontece devido a existência de uma Lei específica (Lei de Responsabilidade Fiscal) que obriga o poder executivo a manter na Internet informações desta natureza, possibilitando maior controle público das ações governamentais.

Os conjuntos de fatores levantados aqui não são necessariamente um conglomerado normativo: isto é, não são parâmetros ideais que precisam existir simultaneamente ou conjuntamente para efetivar a participação na Internet. Tratam-se de elementos mais fundamentais, agrupados por suas especificidades, que podem interferir direta ou indiretamente na mobilização política de cidadãos através das TICs. O fundamental, neste caso, é perceber que o fenômeno da participação política na Internet envolve diversas variáveis de origens distintas e não está pautado apenas na resolução dos problemas de exclusão digital (questões tecnológicas) ou de cognição para uso destas ferramentas de comunicação (questões educacionais). Pesquisas empíricas voltadas para analisar este fenômeno e os efeitos desta nova mídia sobre a política, devem levar em conta esta diversidade de elementos ou, pelo menos, precisam tê-la em mente, ainda que se concentrem apenas em um trecho deste conjunto.

Ao levarmos em consideração que há então essa diversidade de fatores que podem suscitar ou impedir a participação civil através das TICs, é preciso também ter em mente que estes elementos agem simultaneamente em diferentes campos da vida experiência. Para Coleman & Spiller (2003), as análises dos efeitos democráticos da Internet necessitam assim considerar a própria dinâmica das democracias representativas modernas. Nesta perspectiva, eles propõem três níveis de abordagem:

A democracia representativa compreende pelo menos três elementos: representantes, representados e o sistema da representação que os conecta. A maioria das abordagens sobre os efeitos da nova mídia na democracia representativa tem se concentrado no primeiro elemento, em detrimento do segundo ou do terceiro (COLEMAN & SPILLER, 2003, p. 4).<sup>18</sup>

Isto significa dizer que os estudos não devem se concentrar apenas no modo de utilização da Internet pelos representantes (isto é, web-sites de governos, parlamentares, partidos políticos etc). Seria preciso também analisar como os representados (os cidadãos) se comportam perante a Internet com fins participativos, além de como o próprio sistema democrático se apropria dela nesta mesma perspectiva.

Sintetizando: para estudar o fenômeno da participação política através das TICs é necessário analisar teórica e empiricamente a dinâmica dos quatro grupos de fatores

---

<sup>18</sup> Tradução própria do original em inglês: "Representative democracy comprises at least three elements: representatives, the represented and the system of representation that connects them. Most accounts of new media effects upon representative democracy have concentrated on the first element to the exclusion of the second or the third."

propostos aqui (estruturais, comportamentais, conjunturais e legais) em cada um dos três eixos principais de abordagem propostos por Coleman & Spiller.

A percepção mais ampla quanto a estes conjuntos de fatores ou esses eixos de abordagens aqui propostos não significa estipular que toda e qualquer pesquisa precise ocorrer necessariamente contemplando a totalidade das faces aqui expostas. Com estas preocupações teórico-metodológicas de fundo, a última sessão deste trabalho, tenta justamente demonstrar como seria possível realizar pesquisas sobre participação política através da Internet em determinados recortes<sup>19</sup>, desde que estas perspectivas mais amplas estejam pressupostas. Neste sentido, o estudo de caso aqui proposto não tem o objetivo realizar todas as dimensões discutidas neste trabalho. O intuito é iniciar uma análise a partir de alguns aspectos (não todos os aspectos) de dois grupos de fatores (fatores estruturais e comportamentais) em apenas um nível de abordagem, isto é, o âmbito dos representados. Logo, esta análise empírica não deve ser adjetivada como “incompleta” e sim, como “localizada”, isto é, trata-se de um estudo específico sobre um trecho do fenômeno, mas que está inserida numa visão mais ampla de pesquisa.

### **3.0 - Um breve ensaio empírico: participação política através da Internet em ambientes digitalmente incluídos**

Se o estudo sobre a participação política na Internet não pode ser centrado apenas nas condições de acesso técnico e capacidade cognitiva dessas novas tecnologias de comunicação, como poderíamos provar isto empiricamente e como poderíamos perceber como outros elementos agem neste processo, especificamente no âmbito dos representados, isto é, na esfera civil ? É possível averiguar algumas respostas para este questionamento ao avaliarmos como se dá a participação e suas características (ou tendências) em um *corpus* de indivíduos dotados de acesso à Rede e razoável habilidade para usar esta tecnologia. Esse *corpus* empírico poderia ser obtido a partir da observação de um conjunto de cidadãos que possuem conexão à rede em seus

---

<sup>19</sup> Exemplos de recortes: qual o papel de elementos legais no uso da Internet pelos governos (representantes)?; qual o papel dos elementos comportamentais no uso da Internet pelos cidadãos digitalmente incluídos (representados)?; qual o papel dos elementos conjunturais na produção da participação através da Internet e sua relação na dinâmica do sistema político ? etc.

domicílios, com razoável nível de escolaridade, vindos de variadas realidades sócio-culturais. É neste grupo de cidadãos que o estudo de caso seguinte será delineado.

### **Caracterizando a representatividade do corpus empírico**

Segundo dados publicados pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGIBr), em 2005, cerca de 16 % dos domicílios localizados nas principais regiões metropolitanas do país, possuem computador de mesa<sup>20</sup>. Sobre o total da população brasileira, 11% dos cidadãos possuem Internet em suas residências. Este contingente representa parte significativa daquilo que podemos chamar de “cidadãos digitalmente incluídos”, tanto do ponto de vista do acesso à Rede, quanto do ponto de vista de níveis razoáveis de escolaridade que, em tese, irão influenciar na capacidade cognitiva de uso e apropriação dessas ferramentas comunicacionais: quase 68 % dos domicílios possuem cidadãos com nível superior completo. A relevância dos domicílios como base significativa para este tipo de estudo<sup>21</sup> pode ser justificada por alguns aspectos mais centrais:

- 1) os domicílios com acesso à Internet são uma amostra representativa de cidadãos com idade, gênero, escolaridade e etnia diversificados.
- 2) São capazes de representar cidadãos com cotidianos diversos (famílias numerosas, famílias pequenas, casais, amigos ou irmãos que dividem apartamento etc.)
- 3) São capazes de representar realidades distintas (bairros da periferia, bairros do subúrbio, bairros centrais, bairros nobres etc.)
- 4) São capazes de representar indivíduos com diferentes ramos de atividades (estudantes do ensino médio, universitários, pós-graduandos, trabalhadores, médicos, jornalistas, engenheiros, antropólogos, militares, acadêmicos, vendedores etc.)
- 5) São capazes de representar cidadãos com diferentes preocupações políticas e ideológicas (militantes, não-militantes, ex-militantes, conservadores etc.).

---

<sup>20</sup> A pesquisa foi realizada nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém, Curitiba, Porto Alegre e Distrito Federal. Foram 8.540 domicílios entrevistados. entre agosto e setembro 2005. Pesquisa realizada pelo Instituto IPSOS.

Realizar pesquisa sobre o modo de uso da Internet por cidadãos oriundos de domicílios com acesso à Rede, significa, na prática, analisar a participação popular através um corpo civil significativamente pluralizado (em termos de idade, gênero, etnia, ocupação, linha ideológica, escolaridade etc.) mantendo-se mais ou menos “estável” a variável “elementos estruturais”. Isto é, há elementos infra-estruturais e cognitivos favoráveis de acesso e uso da Rede já dados, deste modo, seria possível verificar até que ponto isto garante ou não participação instantaneamente, ou como outros elementos agem neste processo. Desta forma, está-se aqui priorizando um estudo focado no âmbito dos representados, especificamente na relação que se estabelece entre os fatores estruturais e comportamentais<sup>22</sup>.

A pesquisa foi realizada em 10 residências da região metropolitana de Salvador, localizadas em 9 bairros<sup>23</sup>, somando um contingente de 33 entrevistados, entre abril e maio de 2006. Foi aplicado um mesmo questionário com perguntas simples, predominantemente de marcação objetiva, para todos os moradores acima dos 12 anos. A escolha das residências se deu de modo aleatório, através de indicação, evitando círculos de convivência do pesquisador. Apesar de “aleatória”, a escolha tentou garantir diversidade no *corpus* empírico quanto aos “tipos” de residências e suas “localizações” (por exemplo, buscou-se residências em bairros diferentes; buscou-se residências de famílias inteiras, de casais, de estudantes que dividem apartamento etc). A seguir, serão expostos alguns tópicos considerados relevantes na análise aqui proposta.

### **3.1 O uso do computador**

Os dados demonstram que, apesar de ser um aparelho de utilização predominantemente individual, o computador aparece como um meio de comunicação compartilhado por quase todos os residentes: em 80% dos domicílios analisados, o acesso ao terminal é aberto para todos os moradores (das 10 residências estudadas, apenas

---

<sup>21</sup> Isto é, um estudo fundamentalmente preocupado em analisar como os cidadãos se apropriam e se utilizam da Internet para participação política quando expostos em um ambiente favorável de acesso à Rede.

<sup>22</sup> Sobre os fatores legais e conjunturais, não haverá aqui um estudo aprofundado neste estudo de caso, mas serão delineadas alguns encaminhamentos possíveis de pesquisa.

<sup>23</sup> Especificamente, bairro da Liberdade, Barris, Imbuí, Uruguai, Pituba, Centro (2 de Julho), Itinga, Tororó e Retiro.

2 apontaram que há restrições ao uso e nem todos moradores tem acesso ao computador). Quanto à frequência de acesso à Rede, 60,7% responderam que utilizam a Internet todos os dias ou pelo menos 6 vezes por semana. Isto demonstra que há uma apropriação significativa (quase que diária) deste meio de comunicação pelo indivíduo que possui um computador conectado em sua residência.

### 3.2 Predisposição política à participação

Do ponto de vista da predisposição política para produção da decisão política no âmbito do Estado, 72,7% das pessoas entrevistadas responderam sustentar algum tipo de interesse em participar e intervir mais nas decisões governamentais ou de debater com parlamentares a criação de leis etc. Porém, deste total 42,4% admite que não se mobilizam para que isso ocorra e 30,3% têm interesse e procuram participar sempre que possível. Ou seja, em termos de mobilização ou pressão para ações e canais mais participativos, quase 70 % dos entrevistados não se mobilizam de fato para que sejam criadas tais formas de intervenção política (somando aqui as pessoas que demonstram desinteresse por política e aquelas que tem interesse em participar mas admitem não buscar se mover para que isso ocorra)<sup>24</sup>.

### 3.3 Tipos de ferramentas/conteúdos utilizados

Quando indagados sobre o tipo de ferramenta/conteúdo já utilizados ao acessar a Rede, têm-se o seguinte quadro:

% de entrevistados que marcaram o item	Questão objetiva sobre quais tipos de ferramentas/conteúdos o entrevistado utiliza ao acessar a internet (itens listados para marcação pelo entrevistado)
87,5 %	e-mail (correio eletrônico para receber e enviar mensagens de cunho privado e pessoal, não necessariamente de teor político)
84,4 %	Pesquisas sobre temas ou assuntos diversos (Ex: trabalhos do colégio, da faculdade, buscar receitas culinárias na Internet etc.

<sup>24</sup> Questão: Você tem interesse em participar e intervir mais nas decisões governamentais ou de debater com parlamentares a criação de leis etc?

30,3 % : Sim, gostaria e tento participar na medida do possível ;

42,4 %: Sim, mas na verdade raramente me movo para que isso ocorra;

15,1 %: Não, pois não acredito que os governantes e parlamentares de fato queiram nos ouvir;

12,2% : Não, não gosto de política e não tenho paciência para isso

75,0 %	Notícias gerais (jornais <i>on line</i> , revistas, <i>site</i> de notícias etc)
68,7 %	Sistemas, sites ou softwares voltados para relacionamento privado ou pessoal, não necessariamente político (bate-papo, orkut, fotolog, blogs de amigos, etc)
56,2 %	Ferramentas voltadas para “baixar” músicas, filmes, vídeos, jogos ou outros produtos de entretenimento.
53,1 %	Páginas da sua escola, faculdade ou de algum curso em que o entrevistado participa
53,1 %	Para baixar programas de computador, <i>softwares</i> , tutoriais de informática etc.
37,5 %	Comercio on line, consumo ou lojas virtuais (comprar produtos via Internet)
37,5 %	Para movimentar conta bancária ou pagar contas <i>on line</i>
21,9 %	Listas de discussão ou fórum de debates <i>on line</i>
18,7 %	Páginas do governo federal, governo estadual ou prefeitura (incluindo secretarias, ministérios, órgãos, etc)
18,7 %	Páginas políticas (de partido político, página de sindicatos, do seu candidato, etc)
15,6 %	Cursos via Internet (educação à distância)
9,4 %	Sítios de agremiações ou associações que participa (clubes recreativos, grupos de auto ajuda, etc)
6,2 %	Páginas dos parlamentos (federal, municipal ou estadual)
6,2 %	Sem resposta ou não sabe.

Como se percebe, há um baixíssimo acesso a páginas de parlamentares ou partidos políticos e um baixo uso de páginas governamentais. Este dado será reaparecerá novamente em questão similar, mas no formato “resposta subjetiva” (questão aberta) sobre quais os três tipos de ferramentas/conteúdos são mais utilizados pelo entrevistado na Internet, conforme tabela seguinte:

<b>Itens que aparecem em resposta à pergunta espontânea sobre quais os três tipos de ferramentas/conteúdos na Internet mais utilizados pelo entrevistado</b>	<b>% de entrevistados que citaram o item<sup>25</sup></b>
Envio e recebimento de mensagens eletrônicas de teor privado ou pessoal, não necessariamente de teor público ou político (e-mails)	75,9 %
Ferramentas focadas em relações interpessoais (bate-papo, blogs de amigos, orkut, ferramentas de conversação <i>on line</i> )	55,2 %
Pesquisas sobre temas específicos, não necessariamente focados em uma finalidade política (trabalho de escola, receitas culinárias, curiosidades, enciclopédias <i>on line</i> etc)	51,7 %
Leitura de noticiário (conteúdo jornalístico ou informativo)	48,3 %
Movimentação de conta bancária ou consumo de produtos através da rede (e-comércio; shoppings ou lojas virtuais; bancos eletrônicos <i>on line</i> etc)	31,0 %
Baixar (fazer download) de produtos culturais como música, filmes ou <i>softwares</i>	17,3%
Visita em página de instituições relacionadas ao cotidiano (como trabalho, faculdade, colégio, clube etc.)	13,8 %
Lista de discussão <i>on line</i> sobre temas diversos	6,7 %
Páginas políticas (páginas de partidos políticos, agremiações	6,7 %

<sup>25</sup> Do universo de entrevistados que responderam a questão.

ideológicas etc)	
Cursos <i>on line</i> (educação a distância, cursos autodidatas )	3,4 %

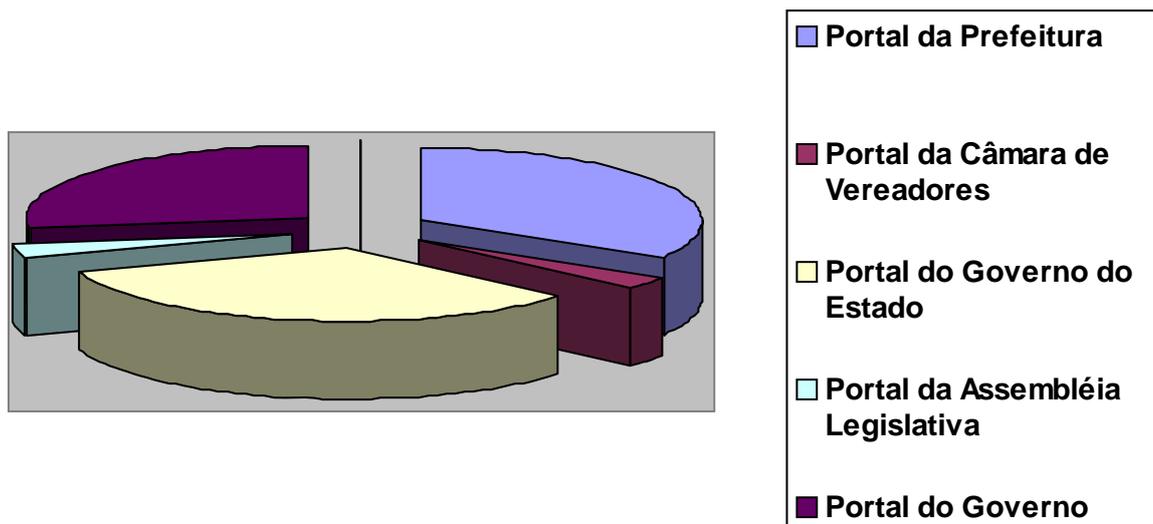
Isto é, dentre as 3 opções de uso mais freqüentes pensadas subjetivamente pelo entrevistado, páginas governamentais ou páginas políticas não são lembradas nominalmente ou não são priorizadas de modo direto. Isto é, apenas 6,7 % citaram nesta questão páginas políticas de modo genérico e nenhum entrevistado citou sítios governamentais dentre as 3 ferramentas/conteúdos que mais utiliza.

### 3.4 Analisando apropriação dos sítios governamentais

A inexistência de uma freqüência ou priorização de acesso a portais governamentais não significa dizer que não haja acesso. Cerca de 80 % dos entrevistados já navegaram em portais governamentais algum dia (embora nenhum tenha priorizado este tipo de sítio).

Analisando mais de perto a navegação em sítios do governo, a falta de “popularidade” dos portais do poder legislativo é mais gritante: dos entrevistados que já utilizaram sítios governamentais, quase que a totalidade (93,9 %) citam portais do poder executivo como os dois tipos de sítios governamentais que mais utilizam. Isto é, apenas 6,1 % dos entrevistados citaram sítios de parlamentos como entre os dois que mais acessam. No gráfico seguinte, é possível visualizar esta diferença e, ao mesmo tempo, nota-se que há um equilíbrio de acesso entre os sítios do executivo municipal, estadual e federal<sup>26</sup>:

<sup>26</sup> Nenhum entrevistado marcou a opção “ Portal do Senado Federal ou Câmara de Deputados Federais”.



Quando navega em portais governamentais, quase que a totalidade dos entrevistados não se utiliza de ferramentas para expressar a opinião, fazer reclamações ou fiscalizar as ações do governo (este tipo de apropriação ficou abaixo dos 12%). Boletos bancários para pagamento de impostos e taxas, informações sobre serviços públicos e pesquisa de legislação são as modalidades de ferramentas/conteúdos mais citadas como usualmente utilizados nos sítios do governo, como aponta a tabela abaixo:

% de entrevistados que marcaram o item	Itens listados para marcação sobre quais ferramentas/conteúdos são utilizados pelo entrevistado quando acessa portais governamentais
46,2	Procurar informações sobre serviços públicos (Ex: onde e como obter determinado serviço de saúde, de educação, trânsito, saneamento básico etc)
38,5	Imprimir ou pagar boletos de impostos ou taxas
38,5	Procurar leis ou documentos
30,8	Ler notícias nos portais governamentais sobre a administração da Prefeitura, do Estado ou do Governo Federal
11,6	Para fazer reclamações ou críticas através de formulários de reclamações <i>on line</i> etc
7,7	Para expor sua opinião enquanto cidadão em fóruns de debate <i>on line</i>
7,7	Fiscalizar a administração governamental analisando balancetes e contas dos governos dispostos nos portais governamentais (seja municipal, estadual ou federal)

### 3.5 Demanda ou predisposição de participação política

Apesar da pouca prioridade que os entrevistados deram aos portais governamentais, notou-se uma demanda, ou pelo menos uma predisposição, de maior

participação política nestes canais governamentais na Internet. Quando consultados sobre quais as 3 opções mais importantes que o entrevistado gostaria que existisse nos sítios do governo, a criação de fóruns *on line* de deliberação; criação de mais canais de comunicação com o governo e; votações *on line* aparecem como a maior demanda e estão entre as 5 opções mais escolhidas

<b>% de entrevistados que marcaram o item</b>	<b>Itens listados para marcação sobre quais as 3 ferramentas/conteúdos que o entrevistado gostaria que existissem nos portais governamentais</b>
56,3	Fóruns <i>on line</i> para debater questões políticas ou fóruns <i>on line</i> para a própria população opinar e debater sobre a construção de uma obra ou sobre a melhoria de um serviço público ou sobre a mudança de uma Lei.
56,3	Mais serviços públicos <i>on line</i> (como matrícula na rede pública de ensino via Internet; marcação de exame ou consulta na rede pública de saúde via Internet;
43,8	Maior canal de comunicação com as autoridades públicas (vereadores, deputados, senadores, governador, prefeito ou presidente da República)
37,5	Possibilidade de eleição através da Internet (ou seja, você não precisaria se deslocar no dia da eleição para votar nos candidatos à prefeito, governador, senador, presidente etc) ou Possibilidade de plebiscito através da Internet (ou seja, você poderia votar sobre temas de interesse público importantes através da Internet sem precisar sair de casa).
25	Mais possibilidade de pagamento dos impostos e taxas governamentais via Internet bem como impressão de boletos para pagamento na rede bancária
25	Mais notícias sobre as ações e as obras do governo;
18,8	Mais documentos sobre como o governo está sendo administrado (como orçamento governamental, dados sobre gastos do governo; mais prestação de contas por parte do prefeito, governador, deputados, vereadores, ministros ou presidente da República)
9,4	Mais documentos oficiais como Leis, portarias, decretos, etc
15,6	Sem resposta

## Conclusão

Este trabalho tentou discutir questões teóricas e metodológica sobre participação popular nos negócios públicos através das TICs, especialmente a Internet. Primeiramente, a preocupação foi desvincular a centralidade do acesso à tecnologia - e a respectiva capacidade cognitiva para seu uso - como elemento causador isolado deste processo. Levantou-se um conjunto de fatores que também devem ser levados em conta na experiência de participação do cidadão através dessas tecnologias de

comunicação, fundamentalmente agrupados em quatro modalidades: elementos estruturais, comportamentais, legais e conjunturais. A existência ou a inexistência de alguns desses fatores podem tanto restringir como ampliar a participação, de forma mais contínua (como é caso de elementos do tipo comportamentais pautado em uma “cultura cívica”, por exemplo) ou de modo mais circunstancial (como é o caso de elementos conjunturais do tipo “comoção pública por determinado tema”, fatos cotidianos que geram mobilização etc). Além desses conglomerados de fatores diversos, os estudos sobre este tema também devem se direcionar para o modo como os representados (o cidadão) tem se apropriado das ferramentas e conteúdos hoje dispostos na Rede (e não apenas para a forma de utilização da Internet pela esfera dos representantes: autoridades governamentais, deputados, vereadores etc). Ao final deste trabalho, foi realizada uma breve pesquisa de campo, direcionada justamente a levantar dados pautados nesta última perspectiva, trabalhando a partir da estabilidade da variável “elementos estruturais”. Buscou-se analisar como o cidadão, estando em um ambiente de “inclusão digital “ favorável (isto é, com computador conectado a Rede em sua própria residência) se apropria destas ferramentas e que efeitos ou costumes políticos, referentes à participação civil nos negócios públicos, poderiam ser detectados. Os dados coletados reafirmam a tese – pelo menos no pequeno corpo empírico analisado - de que o acesso à tecnologia associada a uma razoável capacidade de utilizá-la não tem sido suficiente para aumentar, de forma significativa, a participação política do cidadão, principalmente em sua relação com a esfera governamental. De modo geral, as respostas espontâneas dos cidadãos entrevistados não demonstraram indícios da existência efetiva de uma cultura política de participação (ou “cultura cívica”) ainda que haja um grau razoável de escolaridade e ainda que haja um uso significativo (cotidiano) da Rede pela maioria desses indivíduos. Apesar disso, os dados apontam que há de uma certa “demanda” de participação, principalmente no que diz respeito a processo deliberativos ou no que se refere à criação de mais canais de comunicação com o Estado. Isso leva a crer que, com a possível inserção de novos elementos legais/constitucionais (leis e políticas públicas que garantam instâncias, ferramentas e conteúdos participativos); culturais (generalização de hábitos mais republicanos no âmbito social) e; havendo fatos que fomentem o interesse do indivíduo em influenciar mais efetivamente a produção da decisão política, é provável que se crie um panorama diferente no processo de implementação da democracia digital, já que boa parte desses

fatores não parecem existir de forma efetiva, pelo menos não no pequeno universo pesquisado.

É possível que pesquisas futuras com um corpo empírico mais representativo - voltadas para análises mais detalhadas da relação entre as diversas variáveis<sup>27</sup> - possam esclarecer se as conclusões tiradas desta pequena análise de dados são generalizáveis e que modalidades ou características de participação estão sendo sedimentadas no mundo contemporâneo, através da utilização das TICs.

## Referências

- BECKERS, D., BESSELAAR, P. van den. e MELIS, I. Digital cities: organization, content, and use. In: ISHIDA, T. ; ISBISTER, K. (Org.). Digital Cities: experiences, technologies and future perspectives. Berlin: **Lecture Notes in Computer Science**, 2000, p. 18-32 (Vol. 1765).
- BIMBER, Bruce. The internet and citizen communication with government: does the medium matter? **Political Communication**, 16, 1999, p. 409-428
- BORGIDA , Eugene & STARK, Emily N. New Media and Politics: Some Insights From Social and Political Psychology. **American Behavioral Scientist**. 48 (4), 2004, p. 467-478
- BRYAN, C. Manchester: democratic implications of an economic initiative? In: TSAGAROUSIANOU, R.; TAMBINI D.; BRYAN, C. (Org.). **Cyberdemocracy: Technology, cities and civic networks**. London: Routledge, 1998. p. 152-166.
- COLEMAN, Stephen & SPILLER, Josephine. Exploring new media effects on representative democracy. **The Journal of Legislative Studies**. 9 (3), 2003, p. 1-19
- COLEMAN, Stephen. Can the New Media Invigorate Democracy ? **The Political Quarterly**, 1999b, p. 16-22.
- DAHLGREN, Peter. The Internet, Public Spheres, and Political Communication: Dispersion and Deliberation. **Political Communication**, 22, 2005, p. 147-162
- DAHLBERG, Lincoln. Extending the Public Sphere through Cyberspace: the case of minnesota e-democracy. **Peer-Reviewed Journal on the Internet**. 2001. Disponível em <[http://firstmonday.org/issues/issue6\\_3/dahlberg/index.html](http://firstmonday.org/issues/issue6_3/dahlberg/index.html)>. Acesso em 5 de jun. 2006.

---

<sup>27</sup> Idade, gênero, perfil ideológico, tipo de acesso à rede – se residencial, ou comercial, escolar ou através de programas de inclusão digital; fatos ou eventos que gerem mobilização; mecanismos legais e a sua interferência em aspectos comportamentais etc.

DOCTER, S. & DUTTON, W. H. The first amendment online: Santa Monica's Public. Em: TSAGAROUSIANOU, R.; TAMBINI D.; BRYAN, C. (Org.). **Cyberdemocracy: Technology, cities and civic networks**. London: Routledge, 1998. p. 125-151.

FERGUSON, Martin. Estratégias de governo eletrônico: o cenário internacional em desenvolvimento. In: EISENBERG, J. e CEPIK, M. (org) **Internet e Política: teoria e prática da democracia eletrônica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 103-140

FREY, Klaus. Governança eletrônica: experiências de cidades européias e algumas lições para países em desenvolvimento. In: EISENBERG, J. ; CEPIK, M. (org.) **Internet e Política: teoria e prática da democracia eletrônica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. p. 141 –163

GUIDI, Leda. Democracia eletrônica em Bolonha: a rede Iperbole e a construção de uma comunidade participativa on-line. In: EISENBERG, J. ; CEPIK, M. (Org.) **Internet e Política: teoria e prática da democracia eletrônica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. p. 164-190.

MUHLBERGER, Peter. Political Values and Attitudes in Internet Political Discussion: Political Transformation or Politics As Usual? In: **Euricom Colloquium: Electronic Networks & Democracy**, 9-12 Outubro, 2002, Nijmegen.

OECD. **Promise and Problems of E-Democracy: Challenges of Online Citizen Engagement**. Paris: OECD Publications Service, 2003

PELLANDA, Nize M. C.; SCHLÜNZEN, Elisa T. M & JUNIOR, Klaus S. (org) **Inclusão Digital: tecendo redes afetivas/cognitivas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

PETER DAHLGREN, The Internet and the Democratization of Civic Culture. **Political Communication**, 17, 2003, p. 335–340

SCHWARZELMÜLLER Anna F. Inclusão digital: uma abordagem alternativa. VI Cinform: Encontro Nacional de Ciência da Informação. In: **Encontro Nacional de Ciência da Informação: Informação, Conhecimento e Sociedade Digital**. 14 a 17 de Junho de 2005, Salvador

SILVA, Sivaldo Pereira da. **Graus de Participação democrática no uso da Internet pelos governos das capitais brasileiras**. Opinião Pública, 11, 2005. p. 450-468

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **O novo desafio da democracia na sociedade da informação**, 2002. Disponível em: <http://sampa.net4.com.br/sgc/casca.asp?idn=296> > acesso em 20/04/2006

STANLEY, J. Woody; WEARE, Christopher. The effects of internet use on political participation: evidence from an agency online discussion forum. **Administration & Society**. 36 (5), 2004, p. 503-527

TAMBINI, D. Civic networking and universal rights to connectivity: Bologna. In: TSAGAROUSIANOU, R.; TAMBINI D.; BRYAN, C. (Org.). *Cyberdemocracy: Technology, cities and civic networks*. London: Routledge, 1998, p. 84 –109.

TAKARASHI, T. (Org.). **Sociedade da Informação no Brasil**: Livro verde. MCT, Brasília, 2000.

TSAGAROUSIANOU, R. Back to the future of democracy? New technologies, civic networks and direct democracy in Greece. In: TSAGAROUSIANOU, R.; TAMBINI D.; BRYAN, C. (Org.). **Cyberdemocracy: Technology, cities and civic networks**. London: Routledge, 1998, p. 41-60.

WEBER, Lori M.; LOUMAKIS, Alysha; BERGMAN, James. Who Participates and Why? An Analysis of Citizens on the Internet and the Mass Public. **Social Science Computer Review**. 21 (1) 2003, p. 26-42

WIKLUNDA, Hans. Habermasian analysis of the deliberative democratic potential of ICT-enabled services in Swedish municipalities. **New Media & Society**. 7(2), 2005, p. 247–270

WELLMAN, Barry; HAASE, Anabel Quan; WITTE, James; HAMPTON, Keith. Does the Internet Increase, Decrease, or Supplement Social Capital? Social Networks, Participation, and Community Commitment. **American Behavioral Scientist**.. 45 (3), 2001, p. 436-455